

14 MAR 2013

## GAZETA DO POVO

»JUDICIÁRIO

# Deputados aprovam projeto de criação de TRF no Paraná

Proposta também prevê novos tribunais regionais em Minas Gerais, na Bahia e no Amazonas. Texto ainda precisa passar por segunda votação

Anderson Gonçalves

Com 347 votos favoráveis, a Câmara Federal aprovou ontem a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que cria o Tribunal Regional Federal (TRF) da 6.ª Região, com sede em Curitiba. A proposta tramitava há quase 12 anos no Congresso Nacional e também prevê a criação de outros tribunais, com sedes em Belo Horizonte (MG), Salvador (BA) e Manaus (AM). O projeto precisa passar por mais uma votação na Câmara. Ainda vai ser decidido se, depois de aprovada, a proposta segue para promulgação ou se será encaminhada para nova análise no Senado.

A criação de um TRF no Paraná é uma reivindicação antiga de lideranças locais. Atualmente, os processos paranaenses que tramitam

na 2.ª instância da Justiça Federal são analisados no TRF da 4.ª Região, com sede em Porto Alegre. Pelo texto, além dos processos paranaenses, o TRF no Paraná receberá ações federais de Santa Catarina e Mato Grosso do Sul (veja quadro nesta página).

A PEC criando os novos tribunais tramita há 12 anos no Congresso. Protocolada pelo ex-senador mineiro Arlindo Porto em 2001, ela foi aprovada pelo Senado no ano seguinte. Desde então, vinha sendo discutida pelos deputados. A votação de ontem foi conduzida pelo deputado paranaense André Vargas (PT), vice-presidente da Câmara.

### Resistência

Antes de ser aprovada, a proposta enfrentou resistência por parte de alguns parlamentares, principalmente os gaúchos. Ontem, o deputado Eliseu Padilha (PMDB-RS) anunciou que vai pedir, por meio de requerimento, que a matéria retorne ao Senado. Ele argumenta que mudanças no texto feitas na Câmara tornam necessária a volta da matéria para análise dos senadores, que já haviam aprovado a proposta. Uma decisão sobre o encaminhamento da matéria sai na votação em segundo

turno, que ocorre após cinco sessões plenárias. Em princípio, se aprovada, a medida segue para promulgação do presidente do Congresso, Renan Calheiros (PMDB-AL).

Na votação de ontem, a PEC 544/2002 foi aprovada por 347 votos favoráveis, 60 contrários e seis abstenções. Parlamentares paranaenses comemoraram o resultado. "É uma medida de grande importância, que vai desafogar os tribunais e ampliar o acesso à Justiça, especialmente para os paranaenses", destacou Eduardo Sciarra (PSD), que foi o relator da proposta na comissão especial que analisou o texto. "Aprovar esse projeto é uma questão de brasilidade. Vamos fazer com que a Justiça Federal seja destravada", acrescentou Abelardo Lupion (DEM).

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO CRONOLOGIA

Veja qual caminho a PEC que cria quatro novos TRFs já percorreu:

# 14 MAR 2013

**Maio de 2001** - É protocolada no Senado a PEC 29/2001, que cria os TRFs da 6ª e 7ª regiões, instalados em Curitiba e Belo Horizonte, respectivamente. Posteriormente, são acrescentados os tribunais da 8ª e 9ª regiões, em Salvador e Manaus.

**Maio de 2002** - A PEC é aprovada pelo Senado e encaminhada para votação na Câmara dos Deputados, onde é registrada como PEC 544/2002.

**Abril de 2010** - Um ato público reúne lideranças políticas e representantes de diversas entidades paranaenses e lança uma campanha pela aprovação da PEC 544/02.

**Julho de 2012** - Com a demora na votação da PEC na Câmara dos Deputados, o senador Sérgio Souza (PMDB-PR) apresenta uma proposta para criação exclusivamente do TRF da 6ª Região, no Paraná. Em setembro, a nova PEC é aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

**Março de 2013** - A PEC 544/02 é aprovada em primeira votação pela Câmara dos Deputados. A proposta passará por mais uma votação. Em princípio, se aprovada, será encaminhada para promulgação.

## CONTINUAÇÃO

### Orçamento

A instalação dos novos tribunais não ocorrerá logo após a aprovação da matéria. Isso porque ainda dependerá de liberação orçamentária do Supremo Tribunal Federal (STF). No Plano Plurianual, estão previstos R\$ 300 milhões para a construção de quatro prédios dos novos TRFs. Mas o valor é considerado uma “janela orçamentária” para que nos próximos anos mais recursos para esses tribunais sejam incluídos ao orçamento.

No Paraná, o governador Beto Richa (PSDB) já se comprometeu a disponibilizar um espaço físico para abrigar temporariamente o tribunal com sede em Curitiba. Ontem, após a votação, Richa comemorou a aprovação da PEC. “Trata-se de uma batalha de anos que conseguimos vencer com persistência e perseverança”, disse.

## CONTINUA

14 MAR 2013

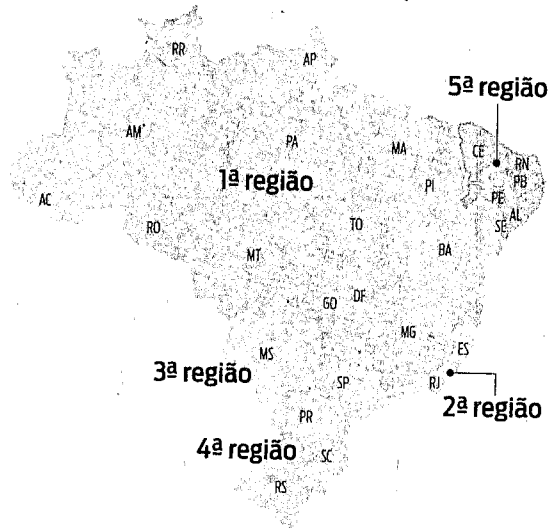
# GAZETA DO POVO

**DIVISÃO**

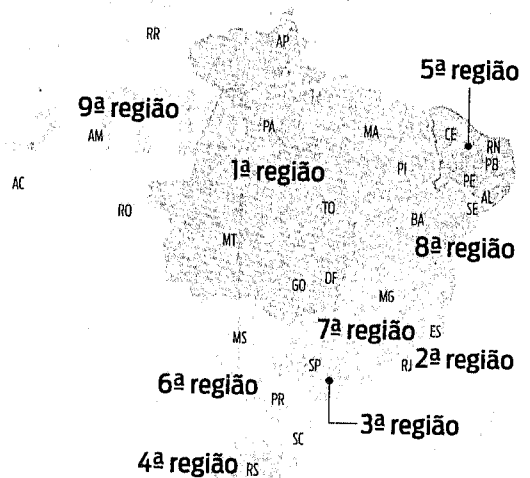
**CONTINUAÇÃO**

Veja qual é a área de abrangência dos Tribunais Regionais Federais (TRFs) hoje e como ficará, caso a PEC 544/2002 seja aprovada em definitivo:

**Jurisdições dos atuais TRFs (1988)**



**Jurisdições dos TRFs na PEC**



Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

## BENEFÍCIOS

### **Novo tribunal facilitará acesso à Justiça, dizem defensores da ideia**

Facilitar o acesso à Justiça Federal e acelerar o trâmite dos processos. Esses são os principais benefícios da criação de um Tribunal Regional Federal (TRF) no Paraná, de acordo com os defensores da iniciativa. Hoje, todos os processos federais do Paraná em segunda instância são encaminhados para o TRF da 4ª Região, em Porto Alegre.

O presidente da seccional Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR),

Juliano Breda, lembra que em muitos casos é necessário que os profissionais paranaenses se desloquem até Porto Alegre para acompanhar os processos. Na avaliação de Breda, a instalação de um tribunal em Curitiba facilita o acesso à Justiça e reduz os custos para as partes. "Um novo tribunal serve também para agilizar os

**"Os TRFs existentes não conseguem dar conta de toda a demanda."**

Juliano Breda, presidente da OAB-PR

processos, já que os TRFs existentes não conseguem dar conta de toda a demanda", avalia. O presidente da Associação Paranaense de Juizes Federais (Apajufe), Antônio César Bochenek, ressalta que a aprovação da PEC representa um ganho no processo de expansão do Judiciário federal. "Com a criação de novos tribunais, serão chamados mais juizes e desembargadores, o que melhora a estrutura da Justiça. Hoje, há juizes convocados para atuar nos tribunais de segunda instância, deixando desprotegida a primeira instância", argumenta

14 MAR 2013

# GAZETA DO POVO

## NOTA POLITICA

### Homicídios

# SÓ TRÊS

tribunais estaduais conseguiram cumprir a meta do CNJ de julgar até 2012 todos os processos de homicídio doloso que estavam acumulados, até 2007. Esse objetivo foi fixado há três anos pelo conselho. Só atingiram índice considerado satisfatório, com mais de 90% dos casos, Amapá (90,91%), Distrito Federal (98,29%) e Sergipe (100%). O Tribunal de Justiça do Paraná conseguiu julgar 57,28% dos processos.

## BESSA

### Zapeando

O jurista paranaense Alair Leite lança o livro *Dúvida e erro sobre a proibição no Direito Penal*, hoje, às 18h30, no pátio de esculturas do Museu Oscar Niemeyer.

## NOTA POLITICA

### Demóstenes

O Conselho Nacional do Ministério Público rejeitou ontem todos os recursos apresentados pelo senador cassado Demóstenes Torres contestando a abertura de processo disciplinar contra ele. Atualmente, o exsenador, que foi cassado devido às relações com o bicheiro Carlinhos Cachoeira, está temporariamente afastado do cargo de procurador. Caso o conselho consideré que Demóstenes descumpriu suas obrigações funcionais, às sanções podem variar de reprimenda a aposentadoria compulsória.

14 MAR 2013

# GAZETA DO POVO

» JUSTIÇA

## Paraná tem apenas 1% do total de defensores recomendados

Nomeação de 104 concursados em maio vai elevar para 114 o número de advogados da Defensoria Pública. Levantamento diz que o ideal seria 844 profissionais

Com dez defensores públicos em atividade, o Paraná precisaria de mais 834 profissionais para que o órgão funcionasse adequadamente, segundo estudo da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep) e do Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea) divulgado ontem. Em maio, o estado deve empregar mais 104 defensores, chegando a apenas 13% do total recomendado.

Segundo a Anadep, o ideal é ter um defensor público para cada 10 mil pessoas com renda mensal de até três salários mínimos — priorizando o público que não tem condições de pagar os custos de um advogado. Mesmo se as 582 vagas para defensor público no Paraná, que estão previstas em lei, fossem preenchidas, o estado precisaria de mais 252 profissionais para suprir a necessidade levantada pela Anadep.

Segundo a pesquisa, dos 8.489 cargos de defensor público no Brasil, apenas 5.054 estão preenchidos. Além disso, o estudo atesta que Paraná e Santa Catarina, os últimos estados a criarem suas Defensorias em 2011 e 2012, respectivamente, ainda não têm o órgão efetivamente implantado, a exemplo de Goiás e Amapá. Ou seja, o órgão estadual não atende em nenhuma das 156 comarcas existentes.

Os únicos estados que não apresentam déficit de defensores públicos, considerando o número de cargos providos, são Distrito Federal e Roraima. Os estados com maiores déficits em números absolutos são São Paulo (2.471), Minas Gerais (1.066) e Bahia (1.015), seguidos pelo Paraná. O déficit total do Brasil é de 10.578 defensores públicos. A pesquisa aponta ainda que faltam defensores em 72% das comarcas brasileiras, ou seja, a Defensoria Pública só está presente em 754 das 2.680 comarcas distribuídas em todo o país.

### Cidades-polo

O chefe de gabinete da Defensoria Pública do Paraná, César Prevedello Coelho, afirma que até o próximo dia 28

serão definidos os 104 nomes aprovados em concurso que se somarão aos dez defensores que já atuam no Paraná. "Teremos pelo menos um defensor em cada cidade-polo", ressalta. As cidades-polo são Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina, Ponta Grossa, Maringá, Umuarama, Paranavaí e Cascavel.

De acordo com ele, ainda neste ano deve ser realizado um novo concurso público. Ainda não há data e nem o número de vagas definidos, mas a expectativa é de que seja possível chegar a um número superior a 200 defensores. "Dessa forma, diminuiríamos esse déficit e poderemos expandir o serviço a outras regiões do Paraná", salienta. A situação só não é pior porque o estado contratou 150 assessores, que atuam nos processos penais.

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

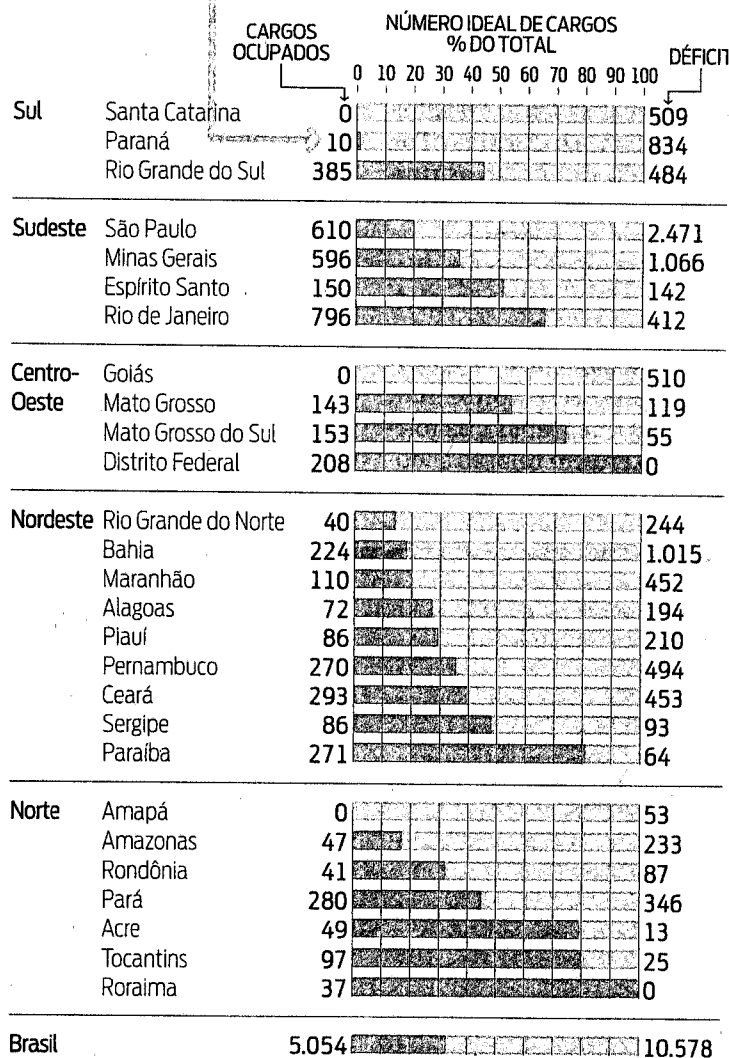
14 MAR 2013

## CADEIRAS VAZIAS

No Brasil existem mais de 8 mil vagas para defensor público, porém somente 5 mil estão preenchidas. No Paraná, a situação é mais crítica: dez vagas ocupadas para 582 criadas.

O Paraná tem **um defensor a cada 768 mil pessoas** com renda mensal inferior a três salários mínimos. A proporção ideal seria de **um defensor a cada 10 mil habitantes**.

Mesmo com os 104 defensores que devem ser nomeados até maio, a proporção fica em 67 mil pessoas para cada defensor. Para atender adequadamente a população, o Paraná precisaria nomear mais 834 defensores.



Fonte: Anadep e Ipea. Infografia: Gazeta do Povo.

CONTINUA

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

DÉFICIT

14 MAR 2013

**Um defensor para cada 768 mil habitantes é a realidade hoje no Paraná**

O levantamento do Ipea e da Anadep revela que o Paraná tem um defensor para 768 mil habitantes com renda mensal inferior a três salários mínimos. O recomendado é possuir um profissional para cada 10 mil pessoas. Caso as 582 vagas previstas em lei fossem preenchidas, a média do estado seria de um defensor para cada grupo de 13,2 mil pessoas.

A situação é uma das piores do Brasil – perdendo apenas para estados como Santa Catarina, Goiás e Amapá, onde não foi registrada a presença de nenhum defensor público. Com a efetivação de 104 defensores, o Paraná passará a ter 67 mil pessoas para cada defensor. Já Distrito Federal e Roraima são os únicos a cumprirem a meta estabelecida na pesquisa.

O Paraná foi o penúltimo estado a criar sua Defensoria Pública, ficando à frente apenas de Santa Catarina. A criação estava prevista na Constituição Federal de 1988, mas a regulamentação do órgão ocorreu somente em 2011.

## Preocupação

Uma das ausências mais sentidas, segundo o levantamento, é a presença da Defensoria Pública em comarcas menores – com menos de 100 mil habitantes – em todo o Brasil. Apenas em cinco estados a Defensoria presta atendimento em mais de 90% das comarcas (Roraima, Acre, Distrito Federal, Tocantins e Rio de Janeiro), enquanto a média nacional é de apenas 28%.

## NO BRASIL

A situação da Defensoria Pública também é apontada como crítica no Amazonas, onde apenas 3,3% das comarcas são atendidas, seguidas por Bahia (8,6%) e Pernambuco (9,9%). Distrito Federal, Roraima e Acre são as unidades federativas nas quais a Defensoria está presente em todas as comarcas, seguidas pelo Tocantins (95,2%) e Rio de Janeiro (92,6%). Os dados reunidos pela pesquisa foram registrados no período de setembro de 2012 a fevereiro de 2013.

14 MAR 2013

GAZETA DO POVO

# Capitais ganharão centro de atendimento a mulher

Dilma defende  
"tolerância zero"  
contra a violência  
doméstica ao  
lançar plano  
inspirado em  
programa de  
El Salvador

▶ A presidente Dilma Rousseff lançou ontem um plano de combate à violência contra a mulher inspirado em um programa de El Salvador que prevê a construção de centros de atendimento chamados de Casa da Mulher Brasileira em todas as 27 capitais, no Distrito Federal e em nove cidades localizadas nas fronteiras. No Paraná, Curitiba e Foz do Iguaçu receberão as unidades do programa Mulher, Viver sem Violência.

Na cerimônia, em Brasília, prestigiada por várias autoridades, Dilma afirmou que o país, a sociedade e os governos precisam se aproximar, cada vez mais rápido, da tolerância zero em relação à violência doméstica. "Nós queremos, na verdade, que esse país tenha tolerância abaixo de zero, porque esse crime envergonha a humanidade", disse.

A Casa da Mulher Brasileira contará com serviços públicos integrados de segurança, justiça, saúde, assistência social, acolhimento, abrigo e orientação para o

trabalho, emprego e renda. Dilma disse que o programa deve ter um forte componente cultural, mudando valores e reforçando a autonomia da mulher. "É uma casa de abrigo e de apoio, mas é uma casa de luta", disse. "A ideia é que este espaço se apresente como uma porta de entrada para as mulheres", explicou a secretária da Mulher de Curitiba, Roseli Izidoro, que esteve no lançamento.

## Mortes e maus-tratos

Segundo o Mapa da Violência, publicado em 2012, pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (Cebela) e pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), mais de 92 mil mulheres foram assassinadas no país entre os anos de 1980 e 2010, tendo quase metade dessas mortes se concentrado apenas na última década. No ano passado, dez mulheres foram vítimas de maus-tratos a cada hora,

segundo dados da Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180).

De acordo com o governo, serão investidos R\$ 265 milhões em dois anos para construir e manter os centros de atendimento integrado, ampliar a central de telefone de atendimento à mulher, fazer campanhas de conscientização e organizar atendimento humanizado em lugares como hospital, instituto médico legal e posto policial.

## BESSA

### Estreia na corte

A secretária municipal da Mulher da prefeitura de Curitiba, Roseli Izidoro, fez sua estreia ontem em Brasília na cerimônia em que a presidente Dilma Rousseff anunciou o programa "Mulher, viver sem violência". Com direito a posar para fotos entre Dilma e a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, uma das coordenadoras do programa. Curitiba será uma das cidades que contarão com um centro especializado de atendimento às mulheres vítimas de violência.



# GAZETA DO POVO

» JUSTIÇA

14 MAR 2013

## Uso do índice da poupança para reajustar os precatórios é ilegal, diz STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou ontem dois pontos da emenda constitucional que alterou o regime de pagamento dos precatórios. A maioria dos integrantes da corte considerou ilegal a adoção do índice de correção da caderneta de poupança para reajustar os precatórios. Também foi considerado irregular o artigo que permite que o Estado, no momento de pagamento de suas dívidas com terceiros, abata do precatório os débitos tributários que eles eventualmente tenham com o governo.

Precatórios são títulos de dívida que os governos emitem para pagar quem ganha na Justiça demandas contra o Estado, sejam eles pessoas ou empresas. O pagamento segue uma fila — o que pode durar anos.

### Corrosão Inflacionária

Os ministros estão julgando duas ações que questionam a constitucionalidade da emenda, aprovada em 2009, que estabeleceu um novo sistema de pagamento dos precatórios. Na sessão de ontem, oito ministros votaram contra o uso do índice da caderneta de poupança para correção dos precatórios. A maioria entendeu que há um prejuízo para o credor porque o índice da

caderneta é muito inferior à maioria dos índices inflacionários. A avaliação é que a taxa permitiria a corrosão dos créditos pela inflação. O STF, porém, não estabeleceu qual índice deverá ser usado.

Também foi proibido ao Estado descontar do precatório o valor das dívidas que o cidadão ou empresa tenha com o governo. O argumento é que a medida fere a igualdade entre o poder público e o cidadão.

### Parcelamento

O julgamento ainda não foi concluído. O Supremo deve retomar hoje a discussão dos pontos mais polêmicos: o parcelamento em até 15 anos do pagamento dos precatórios (já após a Justiça ter decidido que o governo é devedor do cidadão ou da empresa) e os leilões promovidos pelo Estado para pagar os títulos. Os leilões levam os credores desses títulos a aceitar o recebimento de um valor menor com o objetivo de que a dívida do governo não demore muito para ser quitada, como costuma ocorrer.

## 80 ANOS DE PRISÃO

foi a pena determinada pela Justiça para o traficante Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, de 45 anos, por ordenar a morte de três pessoas em Duque de Caxias (RJ), em julho de 2002, de dentro do presídio Bangu I. Com essa sentença, a soma das penas de Beira-Mar chega a 200 anos de prisão. Ao fim do julgamento, ele foi levado novamente para a Penitenciária Federal de Catanduvas, no Oeste do Paraná. O criminoso está preso desde 2002.

14 MAR 2013

## GAZETA DO POVO

### **Ministro diz que curso de Direito terá de oferecer estágio**

Os cursos de Direito serão obrigados a oferecer estágios para os alunos matriculados, disse ontem o ministro da Educação, Aloizio Mercadante. A obrigatoriedade faz parte de uma série de mudanças que o Ministério da Educação (MEC) pretende formular com o objetivo de limitar a abertura de novos cursos na área. A previsão é que as novas medidas sejam anunciadas até o final deste mês.

Mercadante afirmou ter aguardado a posse da nova diretoria da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), na última terça-feira, para fechar os detalhes em torno da proposta. Na avaliação do ministro, a exigência do estágio vai melhorar o aprendizado dos estudantes.

“Precisamos ter mais critérios para expansão dos cursos de Direito e uma das exigências que nós vamos fazer, entre outras, é o estágio obrigatório. Ele [estudante] tem que ter um campo de prática antes de se formar. Se não tiver esse campo de prática, não se forma adequadamente. Os dados estão mostrando que a reprovação na

OAB atinge níveis inaceitáveis”, comentou o ministro. “O acordo que estamos fazendo é que esse estágio no campo de prática vai melhorar muito o processo de formação dos estudantes e eles vão chegar mais preparados ao final do curso.”

Para Mercadante, o fato de a maioria dos estudantes ser reprovado no exame da OAB evidencia as falhas na formação. “Esse é o pior caminho: alguém estudar, pagar faculdade e depois não ter direito de exercer a profissão plenamente”, disse.

**“O estudante tem que ter um campo de prática antes de se formar. Se não tiver esse campo de prática, não se forma adequadamente. Os dados estão mostrando que a reprovação na OAB atinge níveis inaceitáveis.”**

Aloizio Mercadante,  
ministro da Educação.

14 MAR 2013

# O ESTADO DE S. PAULO

## Promotores e juízes alegam que emenda é 'retrocesso'

Carta de Brasília reúne 13 unidades e entidades do MP e da magistratura e condena PEC que enfraquece promotorias

Treze unidades do Ministério Público e entidades de promotores, procuradores e magistrados divulgaram ontem a Carta de Brasília, documento de repúdio à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37, que alija a instituição e seus integrantes das investigações de caráter criminal. É a mais ostensiva reação do Ministério Público à emenda que tramita no Congresso.

A PEC 37 foi aprovada em 2012 na Câmara dos Deputados e aguarda votação no Senado. Para os promotores e procuradores, a proposta representa um desrespeito à Constituição e "põe em risco a idoneidade da sociedade brasileira". A emenda confere exclusividade à polícia nas investigações criminais.

Assinam a carta, por exemplo, o Ministério Público Federal, Procuradoria-Geral da República, Movimento do Ministério Público Democrático, Magistrados Europeus pela Democracia e Liberdades, Federação de Associações de Juízes para a Democracia da América Latina e Caribe, Ministério Público de São Paulo, Associação Paulista do Ministério Público e Associação Nacional dos Procuradores da República.

O Ministério Público argumenta que casos como o domensalão culminaram na condenação dos investigados também em razão da atuação da Procuradoria-Geral da República.

A Carta de Brasília foi produzida durante o Seminário Internacional O papel do Ministério Público na investigação criminal. O documento assinala que o Brasil

### ● Reação

#### CARTA DE BRASÍLIA

DOCUMENTO DE REPÚDIO À PEC 37

"A retirada do poder de investigação do Ministério Público representa grave atentado à cidadania brasileira, colocando em risco a segurança da sociedade"

é subscritor do Estatuto de Roma, que criou o Tribunal Penal Internacional. Segundo a carta, o Brasil fez opção no plano internacional por um modelo de Ministério Público investigativo. A exclusão da promotoria desse campo de investigação "implicaria retrocesso e desrespeito a princípios do direito internacional e isolamento brasileiro em relação aos demais 120 países subscritores do estatuto".

O afastamento do Ministério Público Estadual e Federal das investigações criminais, na avaliação dos promotores, procuradores e juízes, "representa desrespeito à essência do modelo construído na Constituição de 1988, fruto dos anseios da sociedade, que consagrou o Ministério Público como instituição indispensável à cidadania, incumbindo-a, além da defesa dos interesses coletivos, difusos e individuais indisponíveis, do exercício da ação penal pública".

"A retirada do poder de investigação do Ministério Público representa grave atentado à cidadania brasileira, colocando em risco a segurança da sociedade e mesmo os importantes processos com condenações em que o Ministério Público teve papel social vital", acentua o documento.

14 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

# Ciclista atropelado: MP contesta juiz sobre dolo

Segundo magistrado, motorista que decepou braço de homem na Paulista não deve ser julgado por crime doloso, como querem polícia e Promotoria

O Ministério Público Estadual (MPE) vai contestar a decisão do juiz Alberto Anderson Filho, do 1.º Tribunal do Júri, de que o motorista que atropelou e decepou o braço de um ciclista na Avenida Paulista sem prestar socorro não deve ser julgado por crime intencional (doloso), como havia sido proposto pela Polícia Civil e pela própria Promotoria. Na avaliação do magistrado, a ação foi culposa, e por isso precisa ser apreciada por uma vara regional ou central.

Contudo, segundo a promotora Manoella Guz, o juiz fez uma análise de mérito ainda no momento da apreciação da comunicação da prisão em flagrante, um procedimento corriqueiro nesse tipo de ocorrência. “Essa discussão jurídica poderia existir, mas posteriormente. Ele (juiz) declinou da competência dele. E fez isso para mandar (o caso) para a vara criminal sem analisar nada da prisão, que era o que devia ter ocorrido.”

Por isso, o MPE planeja entrar hoje com um recurso e um mandado de segurança contra a decisão do juiz. “Em razão de ele não ter analisado o pedido da prisão em flagrante e de ter feito um pré-julgamento do caso”, esclarece a promotora. Segundo ela, o mandado de segurança tem o objetivo de dar caráter suspensivo ao recurso.

“Não há denúncia ainda. Ou seja, o Ministério Público não teve oportunidade de analisar o inquérito inteiro e verificar de que forma denunciar o acusado”, completa Guz. Dependendo da forma como a Justiça aceitar a denúncia, o motorista, o

universitário Alex Kozloff Siwek, de 21 anos, poderá ser beneficiado. Isso, porque o homicídio doloso pode render até 30 anos de prisão. Já o culposo resulta em punição de até 3 anos. Siwek continua preso no CDP do Belém, na zona leste da cidade.

**Laudo.** Em entrevista na tarde de ontem, o advogado da família, Ademar Gomes, também discorreu da decisão de Anderson Filho e afirmou que irá recorrer. Ele também questionou o laudo do exame clínico feito pelo IML segundo o qual Siwek não estava bêbado na manhã de domingo, ressaltando que este foi feito seis horas depois do acidente. O delegado Carlos Eduardo Silveira Martin solicitou ao IML um laudo complementar.

Ontem, a vítima do acidente, o operador de rapel David Santos Sousa, de 21 anos, continuava internado no Hospital das Clínicas. Seu quadro era estável.

## Vítima vai ganhar braço mecânico

● O empresário Nelson Nolé, dono de uma clínica especializada em próteses ortopédicas, vai doar um braço mecânico a David Santos Souza. O rapaz, segundo a família, mantém seus planos de fazer um curso técnico de segurança no trabalho.

14 MAR 2013

## O ESTADO DE S. PAULO

### **Mais de 41 mil processos contra acusados de assassinatos estão parados nos tribunais**

Tribunais do País estão com mais de 41 mil processos contra acusados de assassinatos ou tentativa de homicídio parados há mais de 5 anos. Desse total, 24 mil correm risco maior de prescrever, pois não houve encaminhamento para o tribunal de júri. Para reverter esses números, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estabeleceu em fevereiro de 2010 uma meta para os tribunais julgarem até o ano passado todas as ações. Apenas Sergipe, Amapá e Distrito Federal cumpriram a meta. O Tribunal de Justiça de São Paulo teve o terceiro pior desempenho entre os tribunais brasileiros. "O quadro é preocupante, porque estamos tratando de homicídio", afirmou o ministro do STF Gilmar Mendes.

14 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

## Dilma defende 'tolerância zero' para violência contra mulheres

Presidente participou do lançamento de programa e anunciou que até 2014 casas de acolhimento ficarão prontas

A presidente Dilma Rousseff defendeu "tolerância zero" para a violência contra mulheres durante discurso na cerimônia de lançamento do programa Mulher: Viver Sem Violência, ontem, no Palácio do Planalto.

Dilma explicou que tolerância zero significa combater e erradicar todas as formas de violência, seja doméstica, estupro, assassinato ou exploração sexual. "Este tipo de crime envergonha a humanidade", afirmou. A presidente também salientou que não se pode tolerar outras formas de violência com "conteúdos mais disfarçados, porém igualmente dolorosos e inadmissíveis, como a discriminação no trabalho, no salário, a educação discriminatória, a falta de oportunidades e, sobretudo, a baixa estima decorrente da violência". Para Dilma, o combate à violência "tem de estar casado com medidas fortes de coerção, de repressão, de cumprimento da lei, e com reforço da autonomia das mulheres".

No discurso de ontem no Planalto, Dilma anunciou a criação, até 2014, das 27 primeiras Casas da Mulher Brasileira nas 27 capitais do País para receber mulheres vítimas e ameaçadas pela violência. A presidente pediu união entre Estado e sociedade para enfrentar o problema.

Em sua fala, ela salientou que R\$ 250 milhões serão destinados ao atendimento especial às mulheres e lembrou que, em seu discurso de posse, prometeu honrar as mulheres, defendendo oportunidades iguais e uma política antidiscriminação.

A Casa da Mulher Brasileira terá serviços públicos integrados, nas áreas de segurança, justiça, saúde, assistência social, acolhimento, orientação para o trabalho, emprego e renda. Dilma ressaltou que o programa deve ter um "forte componente cultural, mudando valores e reforçando a autonomia da mulher". "É uma casa de abrigo e de apoio, mas é uma casa de luta."

Além do lançamento do programa, a presidente assinou ontem um decreto que aumenta a integração entre os Ministérios da Saúde e da Justiça, com o apoio da Secretaria de Políticas para as Mulheres, para "humanizar o atendimento às vítimas de violência sexual".

O governo, prometeu Dilma, vai aprimorar procedimentos de coleta de material das vítimas que sirvam de provas periciais em crimes de estupro. Segundo ela, os Institutos Médico-Legais e a rede hospitalar de referência terão espaços "adequados" para atendimento, com investimento de R\$ 13,1 milhões.

Na sexta-feira, Dilma também abordou o tema em pronunciamento oficial em cadeia de rádio e TV para o Dia da Mulher. Ela advertiu os homens que "insistem em agredir suas mulheres que não se esquecessem jamais que a maior autoridade do País é uma mulher que não tem medo de enfrentar os injustos".

### ● Ajuda às vítimas

10

mulheres foram vítimas de maus-tratos a cada hora em 2012, segundo dados da Central de Atendimento à Mulher

R\$ 6,9 bi

serão investidos em equipamentos para as delegacias de Atendimento à Mulher

# O ESTADO DE S. PAULO

## Demóstenes não poderá mais recorrer para evitar demissão

14 MAR 2013

Conselho do Ministério Público afirma que senador cassado e procurador de Goiás tenta só protelar o caso

O ex-senador Demóstenes Torres (sem partido-GO) está impedido de apresentar novos embargos no processo em que poderá ser demitido do cargo de procurador de Justiça em Goiás. A decisão foi tomada ontem, em Brasília, pelo plenário do Conselho Nacional de Ministério Público (CNMP), ao rejeitar novos embargos oferecidos pela defesa do ex-senador goiano.

Investigado por envolvimento com o contraventor Carlinhos Cachoeira, Demóstenes foi cassado por quebra de decoro no dia 11 de julho do ano passado.

De acordo com a decisão do conselho, anunciada pelo corregedor-geral Jefferson Coelho, os sucessivos embargos apresentados pelo ex-senador visaram, meramente, protelar o processo. “Os embargos dos embargos apenas contribuem para a morosidade e ineficácia do procedimento disciplinar”, afirmou.

**Afastamento.** Como é integrante do Ministério Público de Goiás desde 1987, Demóstenes foi reintegrado no cargo de procurador de Justiça. Mesmo assim, um grupo de 82 promotores pediu seu afastamento e protocolou o pedido de Abertura de Processo Disciplinar no CNMP. A reportagem procurou o ex-senador em sua residência, em Goiânia, mas os porteiros informaram que ele estava ausente.

“Demóstenes Torres empregou o expediente dos embargos para retardar ao máximo o seu julgamento”, disse ontem o promotor Robertson Mesquita, do MP de Goiás. “Assim, ele prorrogou sua permanência no cargo de procurador. Mas, a partir dessa decisão do CNMP, suas chances de evitar o julgamento são mínimas”, afirmou.

O processo do CNMP foi distribuído no início da tarde de ontem para a conselheira Cláudia Chagas. Caberá a ela definir os próximos passos do processo.

14 MAR 2013

# O ESTADO DE S. PAULO

## MP de Brasília vai analisar acusação de Valério sobre Lula

Procurador de Minas, que havia recebido depoimento do operador do mensalão, alegou não ter competência para analisar o caso

**Felipe Recondo**

**Alana Rizzo** / BRASÍLIA

**Fausto Macedo**

O depoimento prestado em 24 de setembro do ano passado no qual o operador do mensalão, Marcos Valério Fernandes de Souza, acusa o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva de ter se beneficiado do esquema, foi remetido para o Ministério Público Federal em Brasília.

O procurador federal em Minas Gerais Leonardo Augusto Santos Melo, que havia recebido o material em fevereiro da Procuradoria-Geral da República, alegou não ter competência para investigar boa parte das acusações de Valério, porque os supostos episódios não teriam ocorrido em território do Estado.

O Ministério Público Federal em Minas e os policiais federais que atuam no Estado ainda investigam uma série de suspeitas sobre o uso de dinheiro do mensalão. São casos que ficaram de fora da ação julgada no ano passado pelo Supremo Tribunal Federal, no qual 25 pessoas, entre elas o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, foram condenadas por partici-

par de um esquema de pagamento de parlamentares entre 2003 e 2005, no primeiro mandato de Lula no Planalto.

Uma dessas investigações em curso em Minas se refere a repasses feitos por Valério à empresa do ex-assessor da Presidência da República Freud Godoy. São dados conhecidos desde 2005, à época da CPI dos Correios em Brasília. Em 24 de setembro, enquanto o julgamento do mensalão ainda estava em curso no Supremo, Valério acrescentou em seu depoimento que esses repasses serviriam para pagar despesas pessoais do ex-presidente petista. O empresário estava em busca da delação premiada, benefício que poderia abaixar sua pena, e de proteção, pois dizia estar sendo vítima de ameaças de morte.

O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, esperou o julgamento do Supremo acabar para analisar o depoimento. Concluiu que ele deveria

ser investigado nos Estados, pois Lula não tem mais foro privilegiado como ex-presidente. Pensou, inicialmente, em enviar o caso para São Paulo, mas depois mudou de ideia e o mandou para Minas, que o repassou agora para o Distrito Federal.

Desde segunda-feira, o depoimento passa por uma análise preliminar e já está nas mãos de alguns procuradores da República de Brasília, que têm investigações correlatas ao processo do mensalão. Caso guarde alguma relação com apuração em curso, o trecho do depoimento será apensado a alguma dessas investigações. Caso contrário, se não houver nenhuma correlação com apurações já em curso, o depoimento será distribuído para um procurador da República.

Caberá a ele determinar a instauração de processos administrativos para investigar as acusações feitas por Valério ou arquivar o caso depois de análise preliminar. Se entender haver indícios de crime a serem investigados, o procurador poderá abrir quanto processos administrativos quantos considerar necessários para abarcar a íntegra do depoimento.



14 MAR 2013

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

VITÓRIA PARANAENSE

# Tribunal Federal do Paraná é aprovado na Câmara Federal

Essa era uma luta do Paraná que já vinha  
sendo adiada há mais de dez anos

Os deputados federais aprovaram ontem, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição 544, conhecida como PEC 544-02, que tratava entre outros pontos, da criação de um Tribunal Regional Federal no Paraná, além dos tribunais federais de Minas Gerais, Bahia e Amazonas.

A sessão que foi presidida pelo vice-presidente da Câmara Federal, o deputado petista, André Vargas, foi bastante tumultuada pois havia um requerimento pedindo a suspensão da votação por conta de uma inconstitucionalidade do projeto. O placar ficou em por 347 votos a 60. A bancada gaúcha encaminhou a votação radicalmente contra a criação. Agora, a PEC passará por uma comissão para a redação final e voltará ao Plenário para a segunda votação.

Essa era uma luta do Paraná que já vinha sendo adiada há mais de dez anos. Para o senador Sérgio Souza, um dos grandes articuladores políticos para viabilizar essa votação e aprovação, "Isso (a aprovação) foi um presente de aniversário", comemorou ontem, dia em que completou 42 anos de idade.

Para o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Paraná, Juliano Breda, esta é uma causa suprapartidária e virou uma luta não só dos profissionais que trabalham na Justiça, mas de toda a população.

### ATO PÚBLICO

Nesta terça-feira, um Ato Público reuniu em torno de cem deputados, senadores, representantes da magistratura e do Judiciário dos quatro estados interessados na criação dos novos TRFs, em Brasília. A reunião foi organizada pela Frente Parlamentar pela Aprovação da PEC 544, que tem como coordenadores o senador Sérgio Souza (PMDB-PR) e o deputado Amauri Teixeira (PT-BA). Além de deputados federais dos estados envolvidos, também participaram o presidente do Movimento Pró-Paraná, Jonel Chede, o vice-presidente da Associação Comercial do Paraná (ACP), Odone Fortes Martins, o procurador jurídico do Sistema Fiep, Marco Antônio Guimarães, a vice presidente da Caixa de Assistência dos advogados da Bahia, Ana Carla Fracalossi, o conselheiro do Conselho Federal

da OAB Nacional, João Henrique Café Novais, o representante da Fecomércio, Roberto Velloso, o diretor-financeiro da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP), João Luiz Rodrigues Biscaia, a gerente de Comunicação Institucional do Grupo Paranaense de Comunicação, Carmem Regina Murara, e o representante da Federação das Associações Comerciais do Paraná (Faciap) César Viana Lucena, entre outros representantes de segmentos da sociedade.

14 MAR 2013

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Dilma pede tolerância zero em relação à violência contra a mulher

O governo federal lançou o Programa Mulher, Viver sem Violência. O programa prevê a construção de centros chamados Casa da Mulher Brasileira, que integrarão serviços públicos de segurança, justiça, saúde, assistência social, acolhimento, abrigamento e orientação para o trabalho, emprego e renda em todas as 27 capitais brasileiras.

“A mulher terá todos os serviços, sem precisar peregrinar atrás de cada um deles”, disse a ministra da Secretaria de Política para as Mulheres, Eleonora Menicucci. Ela explicou que serão investidos R\$ 265 milhões até 2014, sendo R\$ 115,7 milhões na construção dos centros, compra de equipamentos e manutenção, R\$ 25 milhões na ampliação da Central de Atendimento à Mulher, R\$ 13,1 milhões na atenção à saúde, R\$ 6,9 milhões na humanização da perícia para aperfeiçoamento da coleta de provas de crimes sexuais.

O custo médio de cada centro é estimado em R\$ 4,3 milhões, incluindo construção e aquisição de equipamentos. O governo espera atender cerca de 200 mulheres por dia e 72 mil por ano em cada um deles.

Também serão investidos R\$ 4,3 milhões em serviços de fronteira, aumentando o número de centros de atenção às mulheres nas fronteiras e estendendo os serviços para as regiões próximas à Bolívia, Guiana Francesa, Guiana Inglesa, ao Paraguai, ao Uruguai e à Venezuela. Atualmente, há três centros de atenção à mulher nas regiões fronteiriças. Além de apoio a migrantes, os centros também atuarão no combate ao tráfico de pessoas.

O modelo é inspirado no implantado em El Salvador, que tem o Cidade da Mulher, um centro de atendimento e assistência às mulheres, que reúne desde serviços de saúde até cooperativas de cré-

dito. Na visita que fez à presidenta Dilma Rousseff no início do mês, a primeira-dama do país, Vanda Pignato, que é brasileira, explicou que cerca de 20 estruturas de Estado funcionam em um mesmo local. “Numa mesma manhã, a mulher faz o que levaria meses para resolver”, disse na ocasião.

## Comissão aprova extensão de direitos trabalhistas para domésticas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou por unanimidade a proposta de emenda à Constituição (PEC 66/2012) que assegura aos empregados domésticos os mesmos direitos já garantidos aos demais trabalhadores. A proposição segue agora para votação em Plenário.

O texto aprovado é o mesmo que veio da Câmara dos Deputados, com o acréscimo feito pela relatora, senadora Lídice da Mata (PSB-BA), a partir da emenda apresentada pelo senador Paulo Bauer (PSDB-SC), considerada por consenso como emenda de redação, o que evitará que o texto retorne à Câmara. Essa emenda objetiva assegurar que a concessão de licença à gestante para as trabalhadoras do setor não dependa da edição de lei ordinária após promulgação de emenda constitucional que resultar desta PEC agora em análise pelo Senado.

Pelo texto aprovado, os domésticos terão direito ao FGTS, jornada semanal de 44 horas, com oito horas diárias de trabalho; remuneração do trabalho noturno superior ao do diurno, remuneração mensal nunca inferior ao salário mínimo; proibição de qualquer discriminação em função de sexo, idade, cor, estado civil ou deficiência; e pagamento de hora-extra em valor.

14 MAR 2013

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Casa da Mulher Brasileira será instalada em Curitiba

Curitiba irá receber recursos do governo federal para construir a Casa da Mulher Brasileira, um centro especializado de atendimento à mulher que oferecerá assistência jurídica, psicossocial, de geração de renda, dentre outras. Essa casa integra o programa "Mulher: Viver sem Violência", do governo federal, lançado ontem, em Brasília pela presidenta da República, Dilma Rousseff, e pela ministra Eleonora Menicucci, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM).

O custo médio de cada unidade é de R\$ 4,3 milhões, incluindo construção financiada pelo governo federal, aquisição de equipamentos, mobiliário e transporte. A previsão é atender cerca de 200 pessoas/dia, 6.000 por mês e 72.000 ao ano. "O combate à violência tem de estar casado com medidas fortes de coerção, repressão, de cumprimento da lei e com reforço à autonomia das mulheres", disse a presidente Dilma Rousseff.

A secretária municipal da Mulher, Roseli Isidoro, esteve no lançamento do programa, que prevê a adesão dos governos estaduais e municipais e a criação de centros integrados de serviços especializados, humanização do atendimento em saúde, cooperação técnica com o sistema de Justiça e campanhas educativas de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher.

A Casa da Mulher Brasileira será instalada em Curitiba numa área central, e contará com DEAM, Juizados e varas, defensorias, promotorias, equipe psicossocial (psicólogas, assistentes sociais, sociólogas e educadoras) e equipe para orientação ao emprego, geração de renda, ao empreendedorismo e ao acesso ao microcrédito. A estrutura física terá ainda brinquedoteca e espaço de convivência para as mulheres.

O acesso aos serviços de saúde (institutos médicos legais, hospitais de referência e unidades básicas) e de abrigo será feito pela logística de transporte gratuito, vinculada ao Ligue 180 e à Casa da Mulher Brasileira.

14 MAR 2013

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Justiça proíbe locação de cães de guarda

O Juízo da 2ª Vara Cível de Curitiba determinou a paralisação das atividades de locação de cães de guarda por parte da empresa Protecões Locação de Cães e Alarmes Ltda., bem como exige a apreensão de todos os animais sob a responsabilidade da empresa. A liminar foi deferida a partir de uma ação civil pública ajuizada pela Promotoria de Proteção ao Meio Ambiente de Curitiba. A Justiça determinou ainda que a empresa faça um levantamento dos cães que possui e apresente atestados de saúde, emitidos por médico veterinário.

14 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA

# Criação de TRF no Paraná passa em primeiro turno

PEC avança na Câmara Federal, mas ainda precisa enfrentar um segundo turno de votação

**Curitiba** - A criação no Paraná de um Tribunal Regional Federal (TRF) avançou mais um passo ontem, em Brasília, quando os deputados federais aprovaram em primeiro turno a PEC 544/2002. Essa Proposta de Emenda Constitucional, que tramita há dez anos no Congresso, "cria" quatro novos TRFs no Brasil (Paraná, Minas Gerais, Bahia e Amazonas) fracionando a jurisdição dos já existentes. 347 deputados se manifestaram favoráveis à medida, 60 contrários e 6 abstenções.

A votação acabou perto das 20 horas, pois a bancada gaúcha questionou a constitucionalidade do "fracionamento", defendendo que é competência privativa do Judiciário a criação de tribunais inferiores. A resposta da maioria foi que, como a mudança de jurisdição é uma alteração no texto constitucional, ela pode ser legitimamente feita pelo Congresso. O deputado federal André Vargas (PT), que presidiu a sessão, disse que aguarda manifestação do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre o assunto.

O texto votado ontem é um substitutivo de comissão especial para a matéria, redigido pelo paranaense Eduardo Sciarra (PSD). A matéria agora retorna para a Comissão de Constituição e Justiça, para ajustes na redação. O tema pode voltar ao plenário para segunda votação após um intervalo de cinco sessões ordinárias, ou seja, cerca de duas semanas. Como o substitutivo altera itens do texto original, feito no Senado, talvez a matéria tenha que ser remetida aos senadores para nova votação. A questão está sob análise do departamento jurídico da Câmara Federal.

14 MAR 2013

## FOLHA DE LONDRINA

### INFORME

#### Segunda votação

Foram aprovados em segundo turno pelos deputados estaduais, ontem, os projetos do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná e do Tribunal de Contas (TC) do Estado que alteram a remuneração dos funcionários desses dois órgãos. No TJ, uma gratificação foi incorporada no salário dos servidores e no TC 22 funções gratificadas, a maior parte delas na presidência do órgão, foram criadas. O impacto de ambas as medidas nos cofres públicos chegará a R\$ 6 milhões por ano.

### INFORME

#### Eleição em Joaquim Távora

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná manteve as candidaturas de Emílio Calil Neto (DEM) a prefeito de Joaquim Távora (Norte Pioneiro) e de João Carlos Castanheira Néia a vice. A decisão mantém o entendimento da Justiça Eleitoral de primeiro grau. O registro de Calil foi questionado pela coligação adversária porque, como cartorário, ele teria perdido o prazo de desincompatibilização. Porém, para o relator do TRE, desembargador Josafá Antonio Lemes, o caso de Calil é diferente da licença dos funcionários públicos para concorrer a um cargo eletivo. No caso de Joaquim Távora, o político teria que se demitir, mas "trata-se de uma situação que impõe uma pena ao pretender ser candidato, o que certamente não pode ser albergado pela Justiça Eleitoral que prima pelo princípio da igualdade a fim de manter elevado estado democrático de direito".

■ A eleição em Joaquim Távora está marcada para o dia 7 de abril. O prefeito eleito no ano passado, Wilson Walter Ovarcar (PSC), mais conhecido como Vatão, teve o registro cassado por reprovação nas contas referentes ao período em que chefiou o Executivo.

14 MAR 2013

## FOLHA DE S. PAULO

# O habeas corpus e a preservação de direitos

MARCOS DA COSTA

Poucos instrumentos jurídicos no país desempenharam papel tão relevante para o fortalecimento do Estado democrático de Direito como o habeas corpus. Diante de uma Justiça morosa, a celeridade do chamado “remédio heroico” vem servindo de indispensável lenitivo para os desmandos e arbitrariedades praticados por agentes públicos na persecução penal.

No entanto, apesar da sua importância para a preservação dos direitos e garantias individuais, à guisa de suposta banalização e com o propósito de aliviar os tribunais superiores abarrotados de habeas corpus, o instituto vem sofrendo seguidas tentativas de restrição de seu regular manejo, conforme previsto na Constituição Federal.

Primeiro foi a súmula 691 do Supremo Tribunal Federal (STF), que passou a impedir que fosse impetrado habeas corpus na Suprema Corte para superar negativa de liminar de tribunal inferior. Depois, a comissão que redigiu o anteprojeto de reforma do Código de Processo Penal pretendeu limitar o uso de habeas corpus, o que foi rejeitado graças ao firme posicionamento contrário da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Agora, o habeas corpus está padecendo de novo revés. Recente deci-

**Não foi o uso do habeas corpus que se banalizou, mas, sim, o descumprimento dos direitos garantidos ao cidadão pela Constituição Federal**

são, relatada pelo ministro Marco Aurélio Mello (STF), impede a impetração de um segundo habeas corpus no STF, quando um primeiro tiver sido rejeitado em tribunal inferior.

Esse entendimento passou a ser adotado pelo Superior Tribunal de Justiça, de maneira que o cidadão atingido nos seus direitos fundamentais terá de esperar o julgamento de um simples recurso, entre tantos que demoram anos para ser apreciados.

É preciso lembrar que, nos anos da ditadura militar, a OAB, então presidida por Raymundo Faoro, atuou fortemente pela distensão política. O Brasil caminhava sob o jugo do Ato Institucional nº 5 (AI-5), que, em nome da segurança nacional, mitigava todas as garantias constitucionais e superlotava as dependências do DOI-Codi de antagonistas do regime.

Esses episódios pouco a pouco vão sendo elucidados pelas comissões da verdade, inclusive aquela formada pela OAB São Paulo, que tem por objetivo resgatar a atuação da advo-

cacia paulista naquele período.

Faoro obteve a volta do habeas corpus, vitória que está entre os movimentos mais expressivos da abertura democrática. Possibilitou, pela via judiciária, resguardar a vida e a liberdade de presos políticos submetidos à tortura.

O habeas corpus, ao longo das últimas décadas, transformou-se em instrumento indispensável ao exercício da defesa. Qualquer restrição que a ele se imponha, indubitavelmente, haverá de gerar injustiças e fazer campear a ilegalidade.

Não foi o seu uso que se banalizou, mas o que se tornou constante foi o descumprimento dos direitos garantidos ao cidadão pela Constituição, no que ela serve de modelo para o resto do mundo. Ademais, o grande número de habeas corpus concedidos nas instâncias superiores encorajou os advogados a esgotarem esse meio de salvaguardar os direitos de seus constituintes.

Por tudo isso, a OAB São Paulo está empenhada em preservar o habeas corpus como instrumento fundamental de cidadania, em respeito ao devido processo legal, em obediência à lei e observância ao direito de defesa.

MARCOS DA COSTA, 48, advogado, é presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) São Paulo

# FOLHA DE S. PAULO

## Mizael depõe e jura que não matou ex-namorada

14 MAR 2013

Julgamento de ex-policial  
poderá terminar hoje

Em um depoimento de quase duas horas, o ex-policial militar Mizael Bispo de Souza, 43, citou Deus e jurou dizer a verdade pela vida de sua filha de 11 anos. Ele é acusado de matar a ex-namorada Mércia Nakashima, em maio de 2010. Ontem, terceiro dia do julgamento, negou o crime.

“Estou sofrendo há três anos. É melhor a morte do que ficar preso”, afirmou.

O ex-policial disse que não andava armado e nunca esteve na represa de Nazaré Paulista (a 64 km de São Paulo), onde o corpo de Mércia foi encontrado. Disse ainda que a polícia fraudou provas.

Segundo ele, a família de Mércia quis culpá-lo pelo crime por ele não ter ido ao casamento da irmã da advogada, no qual era padrinho. A cerimônia, diz Mizael, ocorreu logo após o fim do relacionamento entre eles.

“Entendo que foi uma grande ofensa para a família, mas não justifica me imputarem um crime”, afirmou.

Mizael afirmou também que foi torturado pela polícia na época das investigações. Anteontem, o delegado do DHPP que investigou o caso, Antônio de Assunção de Olim, negou qualquer tortura aos envolvidos no processo.

Mizael afirmou ainda que Evandro Bezerra da Silva, apontado como cúmplice no crime, devia dinheiro a ele, e por isso o incriminou. Evandro afirmou à polícia que foi buscar Mizael na represa onde Mércia foi assassinada.

### OUTROS DEPOIMENTOS

O terceiro dia de julgamento foi um dia importante para a defesa do policial.

Na primeiro depoimento do dia, o perito Renato Domingos Patoli, foi duramente questionado sobre a principal prova que incrimina Mizael: o sapato onde foi localizada uma alga compatível com as da represa, além de resquícios de osso e sangue.

Questionado, o perito disse que os vestígios não poderiam ser caracterizados como osso e sangue, pois não foi possível fazer o teste de DNA.

A defesa também questionou um laudo feito pela segunda testemunha a depor no dia, o perito Hélio Ramacciotti, que cronometrou o percurso supostamente feito por Mizael após o crime.

Segundo a defesa, há um erro no documento.

A estratégia de tentar plantar dúvidas sobre as provas pode ter dado certo. Os jurados fizeram 27 perguntas ontem. O julgamento deve terminar hoje.



# JORNAL DO ESTADO

CONGRESSO

## Câmara aprova a criação do TRF no Paraná

14 MAR 2013

A Câmara Federal aprovou ontem, em primeiro turno, a criação do Tribunal Regional Federal do Paraná (TRF/PR). A aprovação foi comemorada pelo governador Beto Richa (PSDB), que ontem estava em Brasília. "Trata-se de uma batalha de anos que conseguimos vencer com persistência e perseverança. O Paraná fica ainda maior com a instalação da corte", disse Richa.

A criação do TRF no Paraná, para o relator da proposta, deputado Eduardo Sciarra (PSD), atende todo o país porque democratiza o acesso à justiça. "Temos uma dificuldade grande quando os recursos seguem a Porto Alegre e a população do Paraná, nessas demandas, acaba sendo prejudicada. Esse acúmulo de processos atrasa e retarda a ação da justiça", disse.

O senador Álvaro Dias (PSDB), por sua vez, aponta que o tribunal federal será fundamental para diminuir os custos e garantir maior eficiência da Justiça. "O tribunal federal traz a proximidade com o cidadão e celeridade na análise e julgamento de processos, beneficiando não apenas a população paranaense, mas também a dos outros estados da região sul. Essa é uma demanda do mundo jurídico, de entidades classistas e de toda a sociedade paranaense", disse.

Justiça - Um tribunal federal no Paraná faz "justiça com a população do Paraná". A opinião é o deputado federal Osmar Serraglio (PMDB). "É uma conquista muito importante de cidadania. Rui Barbosa já dizia que justiça tardia não é justiça. Ao Paraná, além da cidadania, é uma prestação de serviço jurisdicional que vai valorizar o estado, já que ao invés de ficar criando mais cargos no Rio Grande do Sul, teremos isso no Paraná - o que eleva o nível cultural e dá mais oportunidades para a nossa própria magistratura", disse.

Para o presidente da OAB-PR, Juliano Breda, a criação do tribunal no Estado revela a importância do Paraná como uma das principais economias do país e se explica pelo volume de processos do Paraná equivalente aos do Rio Grande do Sul.

14 MAR 2013

# JORNAL DO ESTADO

## SEM VIOLÊNCIA

### Curitiba ganha unidade da Casa da Mulher Brasileira

Curitiba irá receber recursos do governo federal para construir a Casa da Mulher Brasileira, um centro especializado de atendimento à mulher que oferecerá assistência jurídica, psicossocial e para geração de renda, dentre outras. Essa casa integra o programa "Mulher: Viver sem Violência", do governo federal, lançado em Brasília pela presidenta da República, Dilma Rousseff, e pela ministra Eleonora Menicucci, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM), ontem.

O custo médio de cada unidade é de R\$ 4,3 milhões, incluindo construção financiada pelo governo federal, aquisição de equipamentos, mobiliário e transporte. A previsão é atender cerca de 200 pessoas/dia, 6 mil por mês e 72 mil ao ano. "O combate à violência tem de estar casado com medidas fortes de coerção, repressão, de cumprimento da lei e com reforço à autonomia das mulheres", disse a presidente Dilma Rousseff.

A secretária municipal da Mulher, Roseli Isidoro, esteve no lançamento do programa, que prevê a adesão dos governos estaduais e municipais e a criação de centros integrados de serviços especializados, humanização do atendimento em saúde, cooperação técnica com o sistema de Justiça e campanhas educativas de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher.

## EM BAIXA

Apenas 12 dos 27 **TRIBUNAIS DE JUSTIÇA ESTADUAIS** atingiram ao menos 50% da meta da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp) de julgamento de homicídios, implementado em 2008. A meta foi estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2010.

## TRIBUNA DO PARANÁ tribuninhas Precatórios

O Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucionais trechos da emenda que mudou o regime de pagamento de precatórios. A maioria dos ministros do STF concluiu que desrespeitavam a Constituição as regras que estabeleciam a correção monetária dos títulos por meio dos índices da caderneta de poupança e previam a compensação em caso de dívida do credor com o poder público.

## Estágio

Alunos de direito deverão fazer estágio em órgãos públicos antes de concluírem o curso. Hoje, a experiência prática não é obrigatória no currículo da graduação. A mudança foi anunciada ontem pelo ministro Aloizio Mercadante (Educação).

14 MAR 2013

## JORNAL DO ÔNIBUS

# PEC prevê a instalação de um dos novos tribunais no Paraná Câmara aprova em primeiro turno criação de TRFs



O senador Sergio Souza foi à Câmara comemorar a aprovação da PEC pela qual trabalhou

A Câmara dos Deputados aprovou ontem, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição 544/02, do Senado, que cria mais quatro tribunais regionais federais (TRFs) por meio do des-

membramento dos cinco já existentes. O texto foi aprovado por 347 votos a 60 e 6 abstenções.

De acordo com a proposta, os novos TRFs terão sede nos estados do Paraná, de Minas Gerais, da Bahia e

do Amazonas. Ainda não há data prevista para votação da matéria em segundo turno.

O objetivo da PEC, defendida por juízes e procuradores, é desafogar a Justiça Federal, principalmente o TRF da 1ª Região, hoje

responsável por 13 estados e pelo Distrito Federal. Pela proposta, seis estados hoje vinculados a esse tribunal passarão a fazer parte de outras três regiões: Minas Gerais, Bahia, Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.

14 MAR 2013

## JORNAL DO ÔNIBUS

# Mães poderão ter o mesmo direito dos pais para registrar filhos

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou ontem (13) o Projeto de Lei 817/11 que iguala os direitos de pai e de mãe fazer o registro de nascimento dos filhos.

O projeto altera a Lei de Registros, de 1973, que determina ao pai registrar o filho até 15 dias depois do nascimento e que a mãe só pode registrar se o pai estiver impossibilitado. O projeto aprovado estabelece que o registro poderá ser feito pelo pai ou pela mãe, isoladamente ou em conjunto, no prazo de 15 dias. No caso de falta ou impedimento de um dos dois, o outro terá prazo prorrogado por 45 dias para fazer o registro.

14 MAR 2013

# METRO

## **Câmara. Criação do TRF-6, do Paraná, é aprovada**

A Câmara dos Deputados aprovou ontem em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 544, que cria novos Tribunais Regionais Federais no Paraná, Minas Gerais, Amazonas e Bahia.

Hoje o Paraná está sob a jurisdição do TRF da 4ª Região, com sede em Porto Alegre, que atende também o Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A proposta prevê que o TRF 6 atenda também os estados de Santa Catarina e Mato Grosso do Sul.

“A criação é uma luta histórica dos advogados paranaenses. Sua instalação resultará em benefícios para todos os cidadãos”, comentou Juliano Breda, presidente da OAB-PR (Ordem dos Advogados do Brasil - seção Paraná)



**“O serviço vai valorizar o Estado, ao invés de ficar criando cargos no Rio Grande do Sul, será no Paraná”**

OSMAR SERRAGLIO (PMDB), DEPUTADO

### **Mais 22 cargos em comissão são aprovados ao TCE**

O deputados estaduais aprovaram ontem, em sessão plenária, um projeto de lei que cria mais 22 cargos em comissão no TCE-PR (Tribunal de Contas do Estado do Paraná). O tribunal emprega atualmente 165 funcionários nesta situação, e os custos anuais da nova medida, de acordo com a proposta, serão de mais R\$ 1,9 milhão.

Dos novos cargos, 15 serão lotados no gabinete da presidência, e sete serão de assessores administrativos de conselheiros. Para entrar em vigor, a lei ainda terá que passar por uma segunda votação, ainda sem data definida.

**CNJ**

**13/Março/2013**

## **Corregedoria de Justiça oficializa adoção para família estrangeira**

O corregedor-geral da Justiça do Paraná, desembargador Lauro Augusto Fabricio de Melo, atual presidente da Comissão Estadual Judiciária de Adoção (Ceja), oficializou mais um ato de adoção internacional. Uma menina de quase três anos de idade foi adotada pelo casal Jeffery e Heather Wise, residente no Estado de Michigan (EUA), ganhando, assim, a oportunidade de viver ao lado de seus três irmãos biológicos, adotados há cerca de oito anos pela mesma família. Este caso teve também a participação do juiz Fabian Schweitzer.

Impedir que crianças e adolescentes permaneçam vários anos em abrigos é o principal objetivo das leis de adoção criadas no Brasil. Além de organismos que cuidam de adoções no território nacional, existem comissões estaduais judiciárias de adoção que fazem a intermediação de adoções a casais estrangeiros.

Atualmente, aguardam a possibilidade de uma família substituta 609 crianças e adolescentes de elevadas faixas etárias, grupos numerosos de irmãos e ainda portadores de necessidades especiais, características que os encaminha para a busca de um lar adotivo fora do país. Na visão da Corregedoria de Justiça do Paraná, histórias como esta devolvem a esperança àqueles que ainda aguardam na fila por um lar que os acolha e lhes dê oportunidades.

Fonte: TJPR